



Ata dos trabalhos da Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima.

No dia dezoito de abril de dois mil e doze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a sua Mesa Diretora pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Renato Faria Silva – Vice-Presidente e Ronaldo Gonçalves Marques – Secretário Ad Hoc. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Luciano Vitor Gomes.

O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário determine a leitura da Ata da Reunião Ordinária do dia vinte de março de dois mil e doze. Em votação, foi aprovada.

O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas: 1) Justificativa da ausência do vereador Luciano Vitor Gomes; 2) Carta à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Lima, autoria da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Nova Lima e Região e do Grêmio Livre Estudantil Para Todos da Escola Estadual João Felipe da Rocha, em 18 de abril de 2012. Promovem denúncia e pedem providências sobre denúncias gravíssimas recebidas de estudantes e pais de alunos acerca de possíveis excessos e agressões cometidas por servidores da Guarda Municipal de Nova Lima a estudantes da Escola Estadual João Felipe da Rocha, segunda-feira (16/04) nos arredores do colégio. O vereador Renato Faria Silva relatou que, ontem, a Comissão de Direitos Humanos foi procurada por um grupo de estudantes para entregar cópia desta carta e fazer considerações a respeito do ocorrido e de outros fatos frequentes nas



portas das escolas em Nova Lima. Afirmou que a Guarda Municipal é uma instituição necessária e importante para o município, mas deve ser controlada para não retornarem ao tempo da barbárie. Informou que existe guardado na Câmara um projeto com o objetivo de armar a Guarda Municipal com armas não letais e lembrou que, no mês passado, foi constatado que o choque é letal quando um aluno brasileiro morreu na Austrália, vítima de arma não letal. Disse que ficam preocupados e devem discutir as atitudes violentas de alguns membros da Guarda contra alunos. Recordou que a Guarda tem a função de guardar o patrimônio público e não de ficar usando spray de pimenta, inclusive, nem sabia que a Guarda Municipal usa spray de pimenta. Comunicou que há um requerimento sobre este assunto, de sua autoria e do vereador Ronaldo, que será apreciado. Falou que devem ficar vigilantes para não voltarem à época da Ditadura e ressaltou que a situação deve ser fiscalizada e acompanhada pela Comissão de Direitos Humanos. Declarou que está à disposição, pois não tem nenhum problema em fiscalizar quem esteja cometendo abusos contra a dignidade humana. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 231/2012, autoria do vereador José Guedes, que “Confere o Título de Cidadão Honorário ao Deputado João Vitor Xavier”. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Sandro Lima, Marcelino Antônio Edwirges e Ronaldo Gonçalves Marques; 2) Projeto de Lei nº 1.231/2012, autoria do Poder Executivo, que “Nomeia a via pública que indica, insere-a no sistema viário do Distrito de São Sebastião das Águas Claras, além



de dar outras providências” – Rua São Sebastião. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura dos Pareceres da Comissão de Serviços Públicos Municipais referentes aos: 1) Projeto de Lei nº 1.218/2012, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Irene Pereira Lopes; 2) Projeto de Lei nº 1.221/2012, que “Dispõe sobre a criação e denominação do Centro de Educação Infantil indicado e dá outras providências” – Maria de Lourdes Scoralick Serretti. O Plenário, conforme solicitação do vereador Sandro Lima, dispensou os interstícios para a votação do projeto; 3) Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.225/2012, que “Dispõe sobre atividades a serem desenvolvidas por entidades carnavalescas”; 4) Projeto de Lei nº 1.226/2012, que “Dá denominação de José Leite da Paixão à via pública que menciona”; 5) Projeto de Lei nº 1.227/2012, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Geraldo Ferreira da Fonseca; 6) Projeto de Lei nº 1.228/2012, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de treinamento e capacitação de pessoal em suporte de vida nos estabelecimentos e locais que menciona”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação dos projetos. O Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.225/2012 foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. O Plenário autorizou a entrada na Casa do Projeto de Decreto Legislativo nº 232/2012, autoria do vereador Luciano Vitor Gomes, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Juan Manuel Barrueco Rios”. Dando sequencia, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.221/2012, que “Dispõe sobre a criação e denominação do Centro



de Educação Infantil indicado e dá outras providências” – Maria de Lourdes Scoralick Serretti. Em primeira e segunda votação, aprovado por 08 votos e encaminhado à sanção; 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 225/2011, autoria do vereador Marcelino Antônio Edwirges, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Vereador Sandro Lima”. Em primeira e única votação, aprovado por 09 votos e encaminhado à promulgação. O vereador Marcelino Antônio Edwirges agradeceu os vereadores pela justiça feita. Disse que a população já havia outorgado este título ao nobre colega Sandro Lima. Falou que tem certeza da estima e carinho dos vereadores pelo homenageado. O vereador Sandro Lima agradeceu o vereador Marcelino pela homenagem e carinho. Agradeceu aos colegas pela votação unanime e afirmou que se sente lisonjeado e feliz por receber este título da cidade que escolheu para viver; 3) Projeto de Decreto Legislativo nº 229/2012, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Délio de Jesus Malheiros”. Em discussão, o Senhor Presidente passou a Presidência ao Vice e falou que não conhece o deputado Délio Malheiros que não é de seu partido, mas solicita o Título porque considera extremamente justo, pois se trata de uma pessoa que faz o bem em toda Minas Gerais, lutando sempre em benefício do contribuinte lesado. Disse que todos sabem da postura do deputado Délio Malheiros, mas o que mais chamou sua atenção foi que ele conseguiu reverter a situação de um projeto absurdo e imoral sobre cartórios que seria votado na calada da noite na Assembleia Legislativa. O Senhor Presidente reassumiu a Presidência. O vereador Renato Faria Silva informou que ia se retirar do Plenário para



não ter o constrangimento de votar contra porque considera que ser deputado e fazer estas coisas é obrigação. Afirmou que o Título de Cidadania Honorária deve ser concedido a pessoas que prestaram serviços à Nova Lima e entende que o Délio Malheiros não prestou. Pediu perdão, declarou que é amigo do Nélio, mas não se sente à vontade para votar. Em primeira e única votação, aprovado por 08 votos e encaminhado à promulgação. O vereador José Raimundo Martins afirmou que se sente constrangido com a facilidade em conceder o Título de Cidadania Honorária. Explicou que não se refere aos títulos de hoje, pois votou os dois. Esclareceu que consta no Regimento Interno que para uma pessoa ser agraciada deve comprovar relevantes serviços prestados à comunidade. Falou que devem rever conceitos, parar de fazer politicagem e conceder títulos a quem realmente merece. Rogou aos vereadores que a coisa seja mais séria, pois está com vergonha. Disse que nestes vinte anos de Câmara, não encontrarão mais que seis ou sete títulos que concedeu a quem comprovadamente trabalha. Relatou que conversou com a Daiane, uma jovem que levou uma rajada de pimenta no rosto e não se dirigiu à Polícia para denunciar porque está com medo. Afirmou que a Câmara deve tomar uma atitude, pois isto é inconcebível num país democrático, cuja Constituição diz que ninguém pode ser agredido. Falou que devem chamar na Casa o Secretário e as pessoas envolvidas para ouvirem as duas partes. Solicitou aos colegas que convoquem os envolvidos e façam uma acareação. O Senhor Presidente lembrou o vereador José Raimundo Martins de que ele tem toda razão quanto à obrigatoriedade de o homenageado prestar serviços relevantes ao município. Afirmou que não é o caso do



seu beneficiado de hoje porque ele tem prestado serviços em toda Minas Gerais. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação requerimento de autoria dos vereadores Renato Faria Silva e Ronaldo Gonçalves Marques: “Requerem que esta respeitosa Casa realize uma Audiência Pública para discutir a Violência nas Escolas”. Em discussão, o vereador José Guedes lembrou que diversos vereadores por várias vezes solicitaram a presença da Guarda Municipal nas portas das escolas, o que vêm ocorrendo apenas no Emília de Lima e, às vezes, no Liceu. Contou que já presenciou várias brigas de alunos no Polivalente e pediu que a Câmara solicite ao prefeito que coloque Guardas Municipais nas portas de todas as escolas, em todos os turnos, antes que aconteça o pior. O vereador Renato Faria Silva repetiu que receberam os estudantes e discutiram, de maneira tranquila e ampla, a educação e a violência nas escolas. Afirmou que sabem que a questão da violência nas escolas é muito maior que o episódio com a Guarda Municipal, pois há notícias de violência de aluno contra aluno, aluno contra professor, professor contra aluno, servidor contra aluno, etc. Informou que o requerimento foi bastante discutido com os estudantes e objetiva fazer uma ampla discussão sobre a violência nas escolas, dentro de uma escola, com a participação de alunos, órgãos responsáveis pela educação e pelo combate à violência, Promotora e Juiz da Infância e Juventude, Secretário de Segurança e Trânsito, Comissão de Direitos Humanos e todos os vereadores. Disse que é inadmissível conviver com barbáries nas portas das escolas em Nova Lima. Falou que se sente solidário com o Guarda, mas devem proteger os estudantes que são a parte mais fraca e representam o futuro do país.



Lembrou que as alunas merecem dupla proteção, pois além de serem jovens, são mulheres. Registrou que o sujeito que joga spray de pimenta em uma mulher é maluco. Aconselhou as jovens presentes a procurarem o Conselho de Defesa da Mulher e fazerem uma denúncia. O vereador Marcelino Antônio Edwirges recordou que é um dos autores da Lei aprovada pela Casa que dispõe sobre a presença da Guarda Municipal nas portas das escolas, inclusive as estaduais. Falou que tem dito sistematicamente que os vereadores não usam a força que têm e, muitas vezes, são chantageados como foram recentemente. Disse que na Guarda Municipal há pessoas excelentes que prestam um grande serviço à Nova Lima e outros poucos que se deixam levar por interesses próprios e políticos. Informou que a função da Guarda Municipal é proteger os prédios públicos, no entanto presenciaram Guardas fazendo de tudo, inclusive compras com viaturas alugadas, levando, buscando pessoas e fazendo um papel para o qual não estão preparados. Afirmou que quiseram usar a Guarda Municipal para projetos políticos e começaram a chantagear a Casa e o povo quando a Câmara não quis inchar ainda mais a Guarda Municipal. Ressaltou que vota a favor da Audiência Pública, entretanto propõe que votem um requerimento para que a Câmara convoque, urgentemente, todas as pessoas envolvidas no assunto. Registrou: “Devemos entender que não adianta fazermos Audiência Pública se não tomarmos uma postura, se não cumprirmos nosso papel e fazermos com que nos respeitem. Hoje, qualquer secretarozinho e os desinformados pulam em nós por interesses próprios. E nós, com medo de eleição e outras coisas, acabamos aceitando e o resultado é este. Nós somos um poder, tiramos secretário e



secretário não nos tira; temos que entender isto e cumprir o nosso papel, pois o povo espera esta postura que venho cobrando há muito tempo nesta Casa. Vamos esquecer interesses pessoais. Sou presidente de uma entidade que ficou prejudicada na votação do Orçamento, mas não olhei para meu umbigo, olhei o interesse da comunidade e peço aos vereadores que a gente cumpra nosso papel e use o poder que nos foi dado pelo povo nas urnas”. Propôs que a Câmara abra um inquérito para apurar o fato. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques comunicou que o requerimento foi amplamente discutido ontem, quando ele e o vereador Renato estavam reunidos com a UMES e o Grêmio do Polivalente. Salientou que o teor do requerimento é a realização de uma Audiência Pública para tratar da violência nas escolas de maneira ampla e abrangente, com a presença de promotoras, juízes, prefeito, secretário de segurança, diretores de escolas e representantes de alunos. Afirmou que concorda com a sugestão fundamental do vereador Marcelino, pois acredita que a Câmara deve agir imediatamente e convocar o Secretário e os envolvidos no episódio para uma reunião com os vereadores. O vereador José Raimundo Martins sugeriu convidarem a Senhora Promotora Elva Cantero. O vereador Ronaldo comunicou que ele e o vereador Tatico concordam com as propostas dos vereadores Marcelino e Zuca. O vereador Ailton Soares Amaral afirmou que considera prudente escutar as duas partes. Relatou que passa nas portas das escolas durante o horário de aulas e vê um número excessivo de alunos fora das salas. Sugeriu que procurem os diretores das escolas para saber o que está acontecendo e verifiquem qual o procedimento a ser adotado com esses alunos. O vereador Marcelino lembrou



que devem convocar o Guarda Municipal Sander Lúcio que disse: “Eu acho que descer de bastão na mão e quebrar todo mundo seria bem mais fácil, pelo menos teriam motivos reais para reclamarem”. Afirmou que considera esta postura inadequada para um servidor público. O vereador Cássio Magnani Junior falou que a Comissão de Direitos Humanos deve convocar os envolvidos, avisar os vereadores, realizar a oitiva fora do Plenário, em ambiente próprio e com respeito às pessoas. O Senhor Presidente comunicou que a Comissão de Direitos Humanos marca uma reunião, na Sala de Reuniões, com todos os envolvidos para a próxima quarta-feira, dia vinte e cinco de abril, às dezessete horas. O Plenário aprovou por sete votos o requerimento dos vereadores Renato Faria Silva e Ronaldo Gonçalves Marques e também as propostas dos vereadores Marcelino Antônio Edwirges e José Raimundo Martins. O vereador José Guedes falou que está assustado com a notícia do Jornal O Tempo de quatorze de abril de 2012: “A Vale S.A., por determinação do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam, torna público que obteve em 02/04/2012 através do Processo Copam nº 13848/2009/002/2011, Licença de Operação Corretiva – LOC para Fábrica de Pólvora e Artigos Pirotécnicos no Município de Nova Lima, válida até 02/04/2016”. Propôs o seguinte requerimento verbal: “Gostaria de saber do Senhor Prefeito qual o local que será instalada a Fábrica de Pólvora e Artigos Pirotécnicos no Município de Nova Lima. Tomei conhecimento deste fato através da publicação no Jornal O Tempo do dia quatorze de abril de 2012. Se esta concessão foi dada à empresa Vale S.A”. Aprovado, 08 votos. O Senhor Presidente passou a Presidência ao Vice e disse que fará



pronunciamento como vereador e Presidente do PMDB, explicando para as pessoas que frequentam a Casa e são formadoras de opinião. Mostrou ao público presente uma Sentença do Juizado Especial de Nova Lima. Relatou que um periódico da cidade, cujo nome não citará, teve acesso à Sentença e, extremamente maldoso, retirou o que lhe interessava, mas se esqueceu de publicar o seguinte trecho: “Oficiar ao Cartório Eleitoral, a quem será comunicada a presente decisão (art. 15º, III, da CF) e informado que o tipo penal não se subsume nas hipóteses de inelegibilidade de que trata a alínea ‘e’ do inciso ‘I’, do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Nova Lima, cinco de abril de 2011. Francisco Furtado Ribeiro. Juiz de Direito”. Informou que a Sentença se encontra à disposição de qualquer cidadão na Câmara. Informou que o otário do dono desse jornal escreveu que ele está inelegível porque queria que a Casa publicasse matérias no periódico dele, mas não se rendeu e recusou, pois o dinheiro do Legislativo pertence ao município e ao povo de Nova Lima. Como Presidente do PMDB, esclareceu que a Executiva do partido não é provisória e o Diretório é definitivo. O vereador José Guedes declarou que, constantemente, é perseguido por este jornal. Relatou que, amanhã, terá que comparecer a uma audiência, pois o Márcio Tupi nega ser o proprietário do Jornal Nova Lima Times. Afirmou que o Senhor Presidente fez muito bem em não pagar matérias desnecessárias, devem ter coragem e enfrentar certos maus jornalistas que estão na cidade. Disse que é o maior absurdo, devem ingressar contra este elemento na justiça sempre que ele atingir qualquer vereador com falsidades e mentiras. O vereador Nélio Aurélio de Souza registrou que a Doutora



Delma lhe entregou a Lei Complementar nº 135, de quatro de julho de 2010, onde consta: “§ 4º. A inelegibilidade prevista na alínea ‘e’ do inciso I deste artigo não se aplica aos crimes culposos e àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada”. Informou que providências estão sendo tomadas e reassumiu a Presidência. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião._____